

Superávit é o maior da década

■ Resultado primário de R\$ 5,4 bilhões possibilitou um saldo nominal, que inclui pagamento de juros, de R\$ 770 milhões

MARCELO CORDEIRO

BRASÍLIA – O governo fechou o mês de setembro com um superávit primário (receita menos despesa) de R\$ 5,4 bilhões, o melhor resultado das contas públicas desde 1990, quando o Banco Central começou a apurar as operações primárias pela metodologia atual. Esse resultado acabou gerando um superávit nominal (que inclui o pagamento das dívidas) de R\$ 770 milhões. É a segunda vez, no mesmo período, que as contas do governo apresentam um resultado nominal superavitário.

A primeira vez que o governo registrou superávit nominal foi em março deste ano quando, depois da desvalorização do real promovida em janeiro com a liberação do câmbio, a cotação do dólar, que havia chegado a R\$ 2,0644 (Ptax média do dia 26 de fevereiro), caiu para R\$ 1,7330 (Ptax média do penúltimo dia de março). Com a valorização do real, toda a dívida em dólar apresentou ganho para o governo e as contas públicas apresentaram superávit nominal de R\$ 11,892 bilhões.

Distorção – Embora setembro também tenha registrado uma valorização do real de 1,1%, considerando as taxas praticadas no penúltimo dia de cada mês, a valorização de março foi de 14,8%, o que acabou distorcendo o resultado daquele mês. Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, se for retirado o efeito câmbio, o resultado nominal de setembro teria sido o melhor já obtido pelo setor público e chegaria a R\$ 1,1 bilhão porque o dólar teve, no mês, uma desvalorização frente ao real maior do que o do penúltimo dia, que é utilizado no cálculo do BC.

Com o resultado de setembro, o governo acumulou no ano um superávit primário de R\$ 30,560 bilhões, o que supera a meta acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o fim do ano, que é de R\$ 30,185 bilhões. Para Altamir Lopes, esse resultado não pode ser considerado como o cumprimento da meta porque, além da possibilidade de déficit, principalmente em dezembro, quando há pressão sobre a folha salarial por conta do 13º salário, o superávit pode ser reduzido caso o governo não mantenha sua austeridade fiscal. Além disso, o resultado de setembro ainda sofrerá uma correção

referente a um ajuste na conta por causa da diferença de metodologia utilizada pelo Banco Central e pelo Tesouro. Essa diferença fará com que, em outubro, sejam debitados do superávit primário R\$ 1,4 bilhões. Ainda assim, o resultado de setembro ficará próximo da meta para o fim do ano e bem acima (cerca de R\$ 5,1 bilhões) da meta fixada para setembro com o FMI, que era de R\$ 23,788 bilhões de superávit primário.

Arrecadação – O governo central (Tesouro, BC, INSS e estatais federais) foi mais uma vez o responsável pelo resultado, já que teve um superávit de R\$ 4,249 bilhões, apesar do déficit de R\$ 709 milhões registrado na conta da Previdência Social. Os governos estaduais e municipais, com suas empresas estatais, responderam pelo outro R\$ 1,153 bilhão. Altamir Lopes lembra ainda que outro fator importante para o resultado de setembro foi a arrecadação federal, que chegou a R\$ 18,115 bilhões.

O superávit nominal, segundo Altamir, foi obtido não só pelo resultado primário recorde dos últimos 10 anos mas, também, por dois outros fatores que vêm apresentando melhora: o câmbio e os juros. Para o diretor do BC, a estabilidade do câmbio, que em setembro chegou a ser favorável ao real, foi outro fator para a obtenção do saldo na conta nominal e pode ajudar a conseguir resultados melhores, já que a tendência é de valorização do real, assim que o país normalizar o fluxo de dólares no mercado interno. Além disso, a queda nas taxas de juros que vem sendo promovida pelo Copom (Comitê de Política Monetária do BC) vem ajudando a reduzir os encargos da dívida pública, que caíram de 28% ao ano, na média registrada em maio, para 24,3% ao ano, em setembro.

Comparado ao Produto Interno Bruto, o superávit nominal obtido pelo governo, de 0,88%, fez com que o resultado acumulado no ano registrasse um déficit de 11,89% do PIB, o que supera a meta acertada com o FMI para o mês de setembro, que era de um déficit na faixa de 13,51%. O mesmo aconteceu com a conta de juros nominais, que, pressionada pela queda nas taxas que vem sendo registrada ao longo do ano, fechou setembro com um déficit de 16,01% do PIB, quando a meta do acordo revisado em junho com o FMI era de 17,31%.

RESULTADOS DO SETOR PÚBLICO EM 1999

